

PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Para cumprir os princípios e os objetivos estabelecidos e pôr em prática uma política nacional de educação escolar indígena, o MEC tem ações e programas definidos, caracterizados pela descentralização, pelo respeito ao processo de lutas e conquistas dos povos indígenas e pelo estímulo a demandas que contemplem a educação intercultural e bilíngüe. São apoiados os projetos que provenham de reivindicações das comunidades indígenas e as propostas governamentais ou não, que reflitam as necessidades e realidades indígenas. Para tanto, foram estabelecidos critérios de análise para aprovação e financiamento, bem como de acompanhamento e avaliação de projetos que visem:

- investir na formação inicial e continuada dos profissionais de educação indígena;
- estimular a produção e publicação de material didático;
- divulgar para a sociedade nacional, de forma séria e criteriosa, a existência da diversidade étnica, lingüística e cultural no país.

Formação de Recursos Humanos

A Constituição de 1988 e a nova LDB asseguram o uso e a manutenção das línguas maternas e o respeito aos processos próprios de aprendizagem das sociedades indígenas no processo escolar. Daí, presume-se que o professor da escola indígena deve ser, preferencialmente, um índio da própria comunidade. Por outro lado, a lei que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério extingüe, dentro de cinco anos, a partir de sua publicação, a categoria do professor leigo, na qual encontram-se a maioria dos professores índios. Portanto, para que a educação indígena possa adequar-se a esse novo contexto jurídico, é necessário que, nos próximos anos, sejam feitos investimentos que possibilitem a formação, em nível de segundo grau, do maior número possível de professores índios.

Deve-se ainda considerar que a educação bilíngüe adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente a sua própria escolarização. Isto exige a elaboração de programas diferenciados de formação inicial e continuada de professores índios. Esta formação deve capacitar os professores índios para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas, para o ensino bilíngüe, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas, para a condução de pesquisas de caráter antropológico, visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e a elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngües ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades. Para o encaminhamento desta questão, é fundamental a efetiva articulação entre o Ministério da Educação e do Desporto, universidades, secretarias de educação, organizações não-governamentais, associações de professores indígenas e as próprias comunidades. Pois esta formação exige, além de uma metodologia específica, profissionais altamente qualificados com relevantes trabalhos na questão indígena.

Para viabilizar estes programas, o MEC tem priorizado o financiamento de projetos encaminhados por Secretarias Estaduais de Educação, através de seus núcleos de educação escolar indígena, bem como por organizações não-governamentais e universidades que atuam em área indígena. De um total estimado de 2.500 professores indígenas, os projetos de formação, apoiados financeiramente pelo MEC, desenvolvidos por organizações não-governamentais atingem cerca de 500 professores e os das secretarias de educação atingem cerca de 1.600 professores.

O MEC vem apoiando programas de formação e cursos de capacitação de professores indígenas, além da produção de materiais didático-pedagógicos para escolas indígenas, desenvolvidos pelas secretarias estaduais de educação do Acre, Amazonas, Amapá, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins.

Projetos encaminhados por universidades que desenvolvem ações em áreas indígenas também estão sendo apoiados pelo MEC. Entre estes, destacam-se os projetos encaminhados pela Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Centro Oeste, Fundação Universidade do Amazonas, Universidade Federal da Bahia.

Em relação a estes programas é importante ressaltar a experiência do Projeto Tucum desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso e a experiência em construção da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Além dessas experiências governamentais, merecem destaque os programas de formação de professores indígenas desenvolvidos por organizações indígenas e organizações de apoio aos índios, como os da Organização Geral de Professores Ticuna Bilíngües, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Associação Idzõ'Uhu, Associação dos Professores Bilíngües Kaingang e Guarani, Comissão Pró-índio do Acre, Comissão Pró-Yanomami, Instituto Socioambiental, Centro de Trabalho Indigenista, Operação Amazônia Nativa, Centro Cultural Luís Freire, entre outras.

Produção e Publicação de Material Didático

O MEC tem apoiado a produção de cartilhas e livros para uso nas escolas indígenas do país, produzidos pelos professores indígenas e seus assessores. Entende-se que uma formação de qualidade deve estar associada à produção e à publicação de material didático que reflita a visão de mundo de cada povo indígena envolvido no processo. Na construção desses materiais os professores estarão expressando e registrando as diferentes formas de linguagem, partindo de seus conhecimentos étnicos e contando com a participação de especialistas com experiência nesta atividade.

O programa de apoio à produção de material didático realiza-se com a publicação dos materiais didático-pedagógicos produzidos pelos professores índios, durante os cursos de formação, também apoiados pelo MEC. O material pode ser bilíngüe ou não, o importante é que tenha um bom uso em sala de aula.

Os materiais passam por uma análise quanto à qualidade pedagógica, lingüística e antropológica, realizada pelo Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena. Desde 1994, o MEC financiou a edição dos seguintes materiais propostos por organizações não-governamentais e secretarias estaduais de educação:

tab1

Divulgação da Temática Indígena

A divulgação da temática indígena para a sociedade nacional objetiva o combate à discriminação e ao preconceito, ainda vigentes, em relação às sociedades indígenas, e tem por meta valorizar a diversidade sócio-cultural do país. É importante ressaltar que a temática indígena deve ser abordada de forma a abrir caminho para a reflexão sobre a riqueza que a diversidade étnica propicia, explorando a diferença e aproveitando a possibilidade de troca e aprendizado recíproco entre os diversos segmentos que compõem o país.

Em 1997, em parceria com o programa TV Escola da Secretaria de Educação à Distância, foi dado início à preparação de roteiros de 10 vídeos sobre a temática indígena. O objetivo central do projeto é divulgar nas escolas dos não-índios informações sobre a diversidade sócio-cultural e lingüística das sociedades indígenas.

tab2

Cooperação Técnica

Desde que assumiu a coordenação das ações de oferta de programas educacionais às comunidades indígenas, o MEC tem procurado apoiar as ações desenvolvidas pelas diferentes secretarias de educação do país. Para isso, o MEC tem organizado seminários e encontros entre técnicos governamentais, especialistas e representantes de organizações não governamentais. Tem também participado de reuniões técnicas nos estados e designados assessores que possam colaborar com o trabalho desenvolvido pelas secretarias de educação.

A formulação de princípios e orientações que possam subsidiar o trabalho executado pelas secretarias de educação, bem como a elaboração de uma política nacional para o setor é também uma prioridade assumida pelo MEC em seu trabalho de cooperação técnica com os estados e municípios.

Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena

Nos últimos dois anos, o Ministério da Educação produziu os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, submetido a ampla discussão junto à sociedade brasileira. Os PCN, além das disciplinas tradicionais incluem temas transversais, como pluralidade cultural, ética e convívio social, meio ambiente saúde e orientação social que devem ser trabalhados em todas as disciplinas e por todos os professores. O objetivo desta iniciativa é oferecer referenciais curriculares pedagógicos, de caráter não obrigatório, que concorram para elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, tornando viável a melhoria da qualidade do ensino e visando a formação do aluno enquanto cidadão.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito às características étnicas e culturais de diferentes grupos sociais que convivem em território brasileiro, às desigualdades sócio-

econômicas e às relações sociais discriminatórias e excedentes que permeiam a sociedade, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil enquanto país complexo e multifacetado. Traz, portanto, uma concepção de sociedade brasileira, por meio da qual se explicita a diversidade étnica e cultural que a compõe e, ao mesmo tempo, busca-se compreender as relações humanas, visando a manutenção ou transformação de valores.

Dando seqüência às formulações curriculares e atendendo aos preceitos da diferença e especificidade, o MEC publicou em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI), que compõem o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O RCNEI constitui-se em proposta formativa que pretende garantir os pontos comuns, encontrados em meio à desejada diversidade e multiplicidade das culturas indígenas, tal como estão garantidos nos princípios legais do direito à cidadania e à diferença, traduzidos numa proposta pedagógica de ensino-aprendizagem que promova uma educação intercultural e bilíngüe, assegurando a interação e parceria. Seu objetivo maior é oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas.

O RCNEI está voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das secretarias estaduais de educação, responsáveis pela implementação e regularização de programas educativos junto às comunidades indígenas. O documento divide-se em duas partes. Na primeira, "Para começo de conversa", estão reunidos os fundamentos históricos, políticos, legais, antropológicos e pedagógicos que balizam a proposta de uma escola indígena intercultural, bilíngüe e diferenciada. Na segunda parte, "Ajudando a construir o currículo nas escolas indígenas" apresenta-se, a partir das áreas de conhecimento, sugestões de trabalho para a construção dos currículos escolares indígenas específicos a cada realidade. Isto é concretizado a partir de indicações de seis temas transversais (auto-sustentação; ética indígena; pluralidade cultural; direitos, lutas e movimentos; terra e preservação da bio-diversidade; e educação preventiva para a saúde) e do trabalho com seis áreas de estudos (línguas, matemática, geografia, história, ciências, arte e educação física). A proposta desta parte do documento é uma integração entre conhecimentos universais selecionados e os etno-conhecimentos de cada povo indígena. Trata-se, assim, de um subsídio que vem ampliar e esmiuçar os princípios traçados no documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena" de 1993. Por sua amplitude, é um documento complexo, sujeito a várias leituras e interpretações. A equipe responsável pela redação do documento, coordenada por membros do Comitê de Educação Indígena, buscou a construção de um texto minimamente consensual, num campo marcado por uma grande pluralidade de idéias e concepções divergentes. Pretende-se que ele seja um subsídio para a discussão e implementação de novas políticas e práticas pedagógicas e curriculares em áreas indígenas.

Banco de Dados sobre Escolas Indígenas

Desde o momento em que o MEC assumiu a coordenação das ações de educação indígena surgiu a necessidade de se ter dados sistematizados e organizados sobre os projetos de educação indígena e escolas indígenas no país. Em 1996, em parceria com o Projeto Nordeste, iniciou-se um trabalho de elaboração de um banco de dados quantitativos. Em 1998 este banco de dados foi ampliado de modo a reunir informações qualitativas e quantitativas sobre a realidade educacional indígena no país e em outros países da América

Latina. Com apoio da Organização dos Estados Americanos, o MEC está ampliando e atualizando os dados.